



ReLePe



I Encontro Latinoamericano de Professores de Política Educativa
II Seminário Internacional de Questões de Pesquisa em Educação

6 e 7 de julho de 2015 - UNIFESP - Guarulhos - São Paulo - Brasil

**PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL DO PARANÁ –
PDE/PR: CONSIDERAÇÕES A PARTIR DA TEORIA DA ATIVIDADE DE A.
N. LEONTIEV.**

Daniel Vieira da Silva
UNINTER - Brasil
E-mail: daniel.si@uninter.com

Daniel Soczek
UNINTER - Brasil
E-mail: daniel.s@uninter.com

Trabalho de natureza teórica

Resumo: Esta comunicação tem como objetivo apresentar o *Programa de Desenvolvimento Educacional do Paraná – PDE/PR* e discutir seus três grandes eixos - *Atividades de Integração Teórico-práticas, Atividades de Aprofundamento Teórico e Atividades Didático-Pedagógicas com Suporte Tecnológico* -, a partir do campo materialista dialético, mais especificamente, da Teoria da Atividade de A.N. Leontiev. As reflexões aqui apresentadas apontam para a importância de políticas educacionais de formação continuada de professores, afirmam o PDE/PR como um programa de excelência ao considerar seus aspectos teórico-metodológicos mas que demanda críticas para a sua manutenção e seu contínuo aperfeiçoamento.

Palavras-chave: Política pública. Formação continuada em rede. PDE/PR.

Introdução

Esta comunicação tem como objetivos apresentar o *Programa de Desenvolvimento Educacional do Paraná – PDE/PR* e discutir seus três grandes eixos - *Atividades de Integração Teórico-práticas, Atividades de Aprofundamento Teórico e Atividades Didático-Pedagógicas com Suporte Tecnológico* -, a partir do campo materialista dialético, mais especificamente, da Teoria da Atividade de A.N. Leontiev.



Idealizado durante a elaboração do Plano de Carreira do Magistério, em 2004, o Programa de Desenvolvimento Educacional - PDE/Paraná é um processo de formação continuada, orientado pela importância da pesquisa na formação e na prática dos professores. Tal Programa encontra-se constituído por um conjunto de atividades organicamente articuladas, definidas a partir das necessidades da Educação Básica e busca no Ensino Superior, a contribuição solidária e compatível com o nível de qualidade que se deseja para a educação pública paranaense (PARANÁ, 2007).

Neste sentido, pela Lei complementar nº103/2004, Art. 20:

Fica instituído, no âmbito da Secretaria de Estado da Educação do Paraná, o Programa de Desenvolvimento Educacional (PDE), destinado ao professor com objetivo de aprimorar a qualidade da Educação Básica da Rede Pública Estadual, de acordo com as necessidades educacionais e socioculturais da Comunidade Escolar (PARANÁ, 2004).

Orientado pelos princípios político-pedagógicos da SEED, evidenciados nas Diretrizes Curriculares para a Educação Básica, tal Programa se caracteriza por um processo de formação continuada em rede, o qual encontra-se norteado pelos seguintes pressupostos:

- compromisso com a diminuição das desigualdades sociais;
- articulação das propostas educacionais com o desenvolvimento econômico, social, político e cultural da sociedade;
- defesa da educação básica e da escola pública, gratuita de qualidade, como direito fundamental do cidadão;
- articulação de todos os níveis e modalidades de ensino;
- compreensão dos profissionais da educação como sujeitos epistêmicos;
- estímulo ao acesso, à permanência e ao sucesso de todos os alunos na escola;
- valorização do professor e dos demais profissionais da educação;
- promoção do trabalho coletivo e da gestão democrática em todos os níveis institucionais;
- atendimento e respeito à diversidade cultural (PARANÁ, 2007, p.15).

Em coerência a estes posicionamentos político-pedagógico, o Programa de Desenvolvimento Educacional – PDE/PR constitui-se como fruto de uma parceria da Secretaria de Estado da Educação com a Secretaria de Estado da



Ciência, Tecnologia e Ensino Superior. Desde sua criação o Programa envolve, simultaneamente, 2139 escolas públicas estaduais de Educação Básica, distribuídas em 32 Núcleos Regionais de Educação e 12 Instituições de Ensino Superior, estaduais e federais, visando a integração desses níveis de ensino, proporcionando ao professor-PDE retorno às atividades acadêmicas de sua área de formação inicial, garantindo-lhe afastamento remunerado para o exercício de tal atividade, bem como avanço na carreira, atrelado à conclusão e aprovação no processo.

Entre 2007, data de sua primeira versão e 2010, momento em que passa a configurar-se como política de Estado, através da promulgação da Lei Complementar 130/2010, de 20 de julho de 2010, o Programa já envolveu, aproximadamente, 7177 professores, os quais produziram 7160 materiais didático-pedagógicos, 7160 projetos de implementação nas escolas e 7160 artigos científicos. Além disso, foram construídos mais de 11.000m², em unidades operacionais do INTEGRAR PDE, que abrigam as atividades do Programa, distribuídas pelas IES estaduais.

Diante da envergadura e originalidade dos aspectos legais, político-pedagógicos, operacionais, de investimentos, bem como pela exiguidade de investigações acadêmicas implicadas na apropriação e avaliação dos processos e resultados de tal política pública, justificamos nossa intenção de estudo e comunicação.

Fruto de investigação documental, esta comunicação encontra-se dividida em três partes componentes. Após esta introdução, segue-se uma apresentação do PDE/PR. Uma vez que tomamos a formação de professores como prática social, a qual pressupõe além de aprendizagens, desenvolvimento – salto qualitativo nas formas de apropriação e utilização dos bens simbólicos e materiais produzidos pela humanidade -, subseqüentemente, apresentaremos as bases da Teoria da Atividade de A.N. Leontiev. Estudo voltado a explicitar os processos relativos ao desenvolvimento do psiquismo humano, da consciência, oferece o entendimento de que *“[a] uma determinada estrutura objetiva da atividade do ser social corresponde, assim, uma dada estrutura subjetiva. Em outras palavras, a uma determinada realidade social,*



tanto material quanto simbólica, corresponde uma dada forma de consciência e personalidade” (ROSSLER, 2004, p. 102).

Uma vez apresentado o objeto e as bases teóricas, serão tecidas considerações sobre os limites e possibilidades de pensar o PDE/PR como uma política educacional do ponto de vista de sua formulação e de sua implementação.

O PDE-PR: princípios e processos

Idealizado durante a elaboração do Plano de Carreira do Magistério, em 2004 (Lei complementar nº103/2004), o Programa de Desenvolvimento Educacional do Paraná - PDE/PR, fruto de reivindicações pelas quais os professores lutaram desde o ano de 1998, se constitui a partir das negociações entre os gestores da Secretaria de Estado da Educação do Paraná (SEED/PR) e os representantes do Sindicato dos Professores Estaduais do Paraná. Neste sentido, além de firmado como uma política de carreira para o magistério, o PDE/Paraná constituiu-se, também, como política de formação continuada de professores.

Expresso pelo art. 20 da Lei supra citada, fica instituído “no âmbito da Secretaria de Estado da Educação do Paraná, o Programa de Desenvolvimento Educacional (PDE), destinado ao professor com objetivo de aprimorar a qualidade da Educação Básica da Rede Pública Estadual, de acordo com as necessidades educacionais e socioculturais da Comunidade Escolar” (PARANÁ, 2004).

Mais precisamente qualificada como formação continuada em rede, o PDE/PR se constitui ancorado na perspectiva da importância da pesquisa na formação e na prática dos professores. Composto de um conjunto de atividades organicamente articuladas, definidas a partir das necessidades da Educação Básica, apoia-se na parceria com o Ensino Superior, para cumprir seus objetivos de avanço nos níveis de qualidade da educação pública paranaense. Neste sentido, o PDE/Paraná está orientado pela perspectiva de que o professor, por meio da investigação científica, amplia suas possibilidades de sistematizar, apropriar e intervir no cotidiano escolar, contribuindo para



“maneiras alternativas de observar e entender o trabalho dos estudantes [...] conhecendo melhor, dessa forma, [...] as relações que ocorrem em sala de aula” (SANTOS, 2002, p.17).

Em *Documento Síntese*, publicado pela SEED, em 2007, encontram-se expressos os princípios norteadores desta formação continuada, a saber:

- a) reconhecimento dos professores como produtores de conhecimento sobre o processo ensino-aprendizagem;
- b) organização de um programa de formação continuada atento às reais necessidades de enfrentamento de problemas ainda presentes na Educação Básica;
- c) superação do modelo de formação continuada concebido de forma homogênea e descontínua;
- d) organização de um programa de formação continuada integrado com as instituições de Ensino Superior;
- e) criação de condições efetivas, no interior da escola, para o debate e promoção de espaços para a construção coletiva do saber (PARANÁ, 2007, p.12-13).

Tais princípios afirmam a formação continuada como processo necessário à melhoria da qualidade da educação pública ofertada nas escolas do Estado do Paraná. Nesta perspectiva, o PDE/PR propõe a superação de políticas fragmentadas e homogêneas de formação continuada, reconhecendo o fato de que os professores da rede de educação do Estado do Paraná são produtores de conhecimento e artífices de sua prática.

Além disso, o referido *Documento*, expressa, ainda, que a superação das perspectivas hegemônicas de formação docente e a implementação de políticas superadoras, contra-hegemônicas, requer transformações na cultura das instituições e no modo de pensar as estruturas de formação, fato que não ocorre por decreto ou pela simples utilização de mecanismos meramente burocráticos. Desta forma, o que intenciona a SEED/PR com a implementação do PDE/PR, de acordo com os documentos oficiais, é a ação solidária e colaborativa dos diversos níveis de formação regular, com o intuito de qualificar a educação básica.

Em adição, visando proporcionar condições efetivas para que o Programa se concretize, “serão asseguradas aos participantes do PDE a infraestrutura, as ferramentas tecnológicas e principalmente, o afastamento remunerado de suas atividades regulares, necessário para o bom aproveitamento no PDE” (PARANÁ, 2007, p. 14).

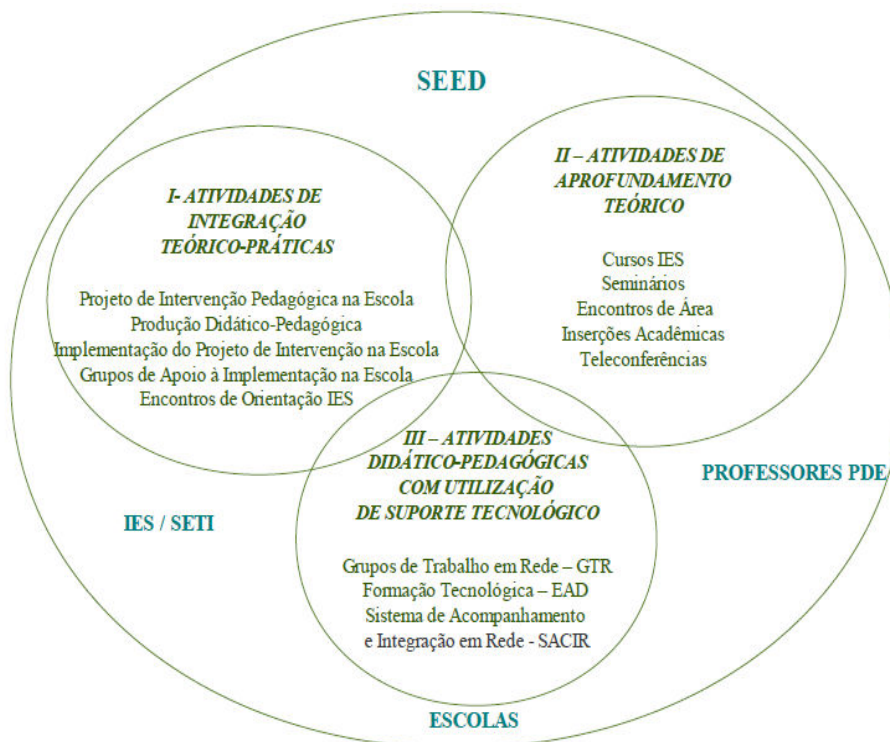
Inicialmente, a partir do Decreto nº 4482, de 14 de março de 2005, o acesso ao PDE/PR se restringia aos docentes em exercício na rede estadual de educação, que estivessem no nível II, classe 11, da carreira de Professor. Aos ingressantes no Programa assegura-se afastamento remunerado de suas funções docentes - 100%, no primeiro ano e de 25% no segundo ano. Em 2010, mantendo-se os critérios para tempo de estudo, o PDE/Paraná foi objeto da Lei 130/2010, de 14 de julho de 2010, a qual lhe firma como política de Estado, ampliando, além disso, suas condições de acesso aos professores que se encontram no nível II, classe 8.

Sustentado por este amparo legal, o PDE/PR busca oferecer uma formação continuada que promova a emancipação e a prática da cidadania, em que o sujeito não seja considerado como elemento isolado, inserido em um dado grupo profissional específico, mas como “sujeito capaz de pensar a sua própria formação e participar ativa e criticamente de um projeto social de interesse coletivo” (PARANÁ, 2007, p. 16).

Desta maneira, “a concepção de conhecimento proposta pelo PDE norteia-se pelo princípio ontológico do trabalho, e, portanto, tem como preocupação básica a análise da realidade dessa categoria na sociedade capitalista e nas escolas” (PARANÁ, 2007, p. 17). Desta maneira, o professor é inserido e reconhecido neste processo como sujeito epistêmico, ou seja, um ser que está para o conhecimento como o conhecimento está para ele, enquanto meio de compreensão e intervenção na realidade, na qual está inserido.

Para a concretização dessa política, o professor PDE iniciará suas atividades elaborando um Plano de Trabalho em conjunto com o professor orientador das IES, plano este, estruturado em três grandes eixos: I atividades de integração teórico - práticas; II atividades de aprofundamento teórico; III atividades didático-pedagógicas com a utilização de suporte tecnológico.

Figura 1 – Esquema dos três eixos de Atividades do PDE/PR



Fonte: PDE/SEED – 2010

Quanto ao primeiro eixo, **as atividades de integração teórico-práticas**, compreendem cinco atividades a serem desenvolvidas ao longo do programa. A ideia é que o professor apresente um *Projeto de Intervenção Pedagógica na Escola*. O professor participante do programa deve formular uma proposta que é encaminhada à direção da escola e à equipe pedagógica que, mediante produção de uma ata, darão o aval quanto a pertinência do projeto em questão. Partindo de uma situação problema da escola na qual o professor está lotado, é formulado o projeto com apresentação de objetivos, justificativas, fundamentação teórica, estratégias de ação, cronograma, referências. Essa proposta inicial, construída pelo professor em formação e discutida na Escola é remetida a um professor de uma IES do Paraná. Nesse momento, ocorre uma segunda atividade, que vai acompanhar todo o processo até o final do segundo ano, que são as *Orientações nas IES*. Os professores das Universidades, previamente selecionados mediante processos internos de cada instituição



passam a orientar os professores tanto na (re)formulação e aprofundamento teórico da proposta quanto aos encaminhamentos da aplicação da proposta, mediante a apresentação de pareceres¹. Essas duas atividades, combinadas, dão origem a três outras: *produção didático pedagógica*, *Implementação do Projeto de Intervenção Pedagógica na Escola* e *produção de um artigo final*. A *produção didático-pedagógica* constitui-se na elaboração de um material didático com uma discussão de ordem conceitual e metodológica que tem como objetivo definir com clareza a sua proposta de intervenção na escola como servir de suporte para sua replicação em outros contextos assemelhados bem como possibilitar e fomentar uma discussão de ordem teórica-metodológica sobre os encaminhamentos realizados². Essa produção, que é discutida com os pares com veremos mais adiante, antecede à *Implementação do Projeto de Intervenção Pedagógico* propriamente dito. Esta implementação é a execução do projeto inicial, devidamente refletido, ampliado, aprofundado no intuito de contribuir para a melhoria qualitativa de algum processo pedagógico escolhido pelo professor participante do projeto em acordo com o diretor e a equipe pedagógica. Essa intervenção é acompanhada tanto pelo professor orientador como pelo diretor e pelos pedagogos que precisam fazer uma ata sobre o desenvolvimento das atividades do professor PDE na Escola.

A última atividade é a produção de um *artigo final*. Depois da discussão teórica realizada na produção didático-pedagógica e os resultados práticos da aplicação da implementação, o professor PDE é convidado a fazer a

¹ As atribuições e orientações aos professores orientadores das IES encontram-se no site <http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=450>. Neste link é possível encontrar desde documentos gerais sobre o PDE, links para acompanhamento dos professores em formação até consulta em relação aos valores de bolsas a serem recebidos pelo professor orientador. As instituições que participam do PDE estão no link <http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=452>

² As produções relativas aos anos de 2007, 2008, 2009, 2010 e 2012 estão socializadas em <http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=616>. A lacuna de 2011 deve-se ao fato do governador ter descontinuado o programa, o que ocorreu novamente em 2015.



articulação entre teoria e prática formulando um artigo científico que contemple, além da proposta e execução, os resultados das atividades desenvolvidas, fechando assim, um ciclo de ações que implicam em fazer um exercício que parta de um problema da escola, pensar uma resposta a este problema mediante reflexão teórica-metodológica e verificar se, uma vez realizadas as atividades pensadas, até que ponto elas dão conta da problemática.

O segundo eixo são as **atividades de aprofundamento teórico**. A construção do conhecimento exige a discussão, leitura e debate que permitam ampliar, aprofundar e atualizar os conhecimentos. Este eixo também compõe-se de cinco atividades desenvolvidas ao longo do programa. Uma das atividades são *cursos oferecidos nas IES*. São conteúdos específicos da área de ingresso do professor no programa³ bem como conteúdos relacionados metodologia científica, fundamentos filosóficos-sociológicos da educação e didática. De acordo com a orientação 007/2014⁴, estes cursos estão assim organizados:

No primeiro semestre deverão ser registrados, no SACIR, os Cursos I - Fundamentos da Educação I com 32 horas e Metodologia da Pesquisa I com 32 horas, totalizando 64 horas. Ainda no primeiro semestre, deverá ser registrado o Curso II - Metodologia do Ensino com 32 horas e Conteúdo Específico I com 32 horas, igual a 64 horas, salientamos que o Curso II é específico e deverá ser registrado por disciplina/área – PDE. No segundo semestre, os cursos acontecerão desse modo: Curso III – Fundamentos da Educação II com 32 horas e Metodologia da Pesquisa II com 32 horas, totalizando 64 horas. Ainda no 2º. Semestre, ocorrerá o Curso IV – Produção Didático-Pedagógica: Pressupostos Teórico- Metodológicos

³ O professor adentra no PDE a partir de disciplinas que devem nortear sua produção. São elas: Arte, Biologia, Ciências, Educação Especial, Educação Física, Ed. Profissional e Formação de Docentes, Filosofia, Física, Geografia, Gestão Escolar, História, Língua Estrangeira Moderna, Língua Portuguesa, Matemática, Pedagogia, Química, Sociologia. Cada uma dessas linhas possui um documento específico, o qual pode ser consultado através do link <<http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=449>>. Este documento traz, para cada uma das disciplinas acima, várias linhas de pesquisa. Para citar um exemplo, a disciplina de filosofia contempla as linhas ensino de filosofia, teoria do conhecimento e filosofia da ciência, estética, ética e filosofia política, filosofia das religiões.

⁴ Esta e outras orientações específicas do encaminhamento das atividades do programa encontram-se em: <<http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=448>>

com 32 horas e Conteúdo Específico II com 32 horas, totalizando 64 horas, também por disciplina/área- PDE, assim como o Curso II.(PARANÁ, 2014).

Outra atividade é denominada de *inserção acadêmica*. Contempla este quesito todas as atividades desenvolvidas na IES nas quais são oportunizadas a participação dos professores PDE. São exemplos desta atividade a participação em congressos, seminários, simpósios, jornadas, grupos de estudo ou de pesquisa, disciplinas *lato* ou *stricto sensu* entre outras atividades possíveis. Existem também os *encontros de área*. Esses encontros funcionam seguindo uma estrutura de seminário de pesquisa, ou seja, um momento de discussão, organizado por afinidade de áreas, dos projetos de pesquisa e/ou outras produções em andamento no sentido de debater e qualificar de melhor forma os encaminhamentos realizados pelos professores no programa. Existem ainda os *Seminários Integradores do PDE*, num total de 3 encontros, com o objetivo de esclarecer dúvidas dos professores quanto aos encaminhamentos das atividades a serem devolvidas, lembrar dos prazos, apresentar aos professores os fundamentos político-pedagógicos do programa, proposta curricular e outros, sendo também um espaço de socialização dos professores.

O eixo três é constituído das atividades **didático-pedagógicas com a utilização de suporte tecnológico**. Uma das grandes demandas contemporâneas está no desafio da utilização das TICs como propósito educacionais. Nesse sentido pressupõem-se que a formação tecnológica é fundamental para auxiliar os professores nesta empreitada. Este eixo compõem-se no trabalho em uma atividades, o *GTR – Grupo de Trabalho em Rede*⁵, subsidiado pelo sistema *SACIR – Sistema de Acompanhamento e Integração em Rede* e pelo *Ambiente Virtual de Aprendizagem da SEED*

⁵ O GTR: os Grupos de Trabalho em Rede – GTR constituem uma atividade do Programa de Desenvolvimento Educacional – PDE, que se caracteriza pela interação virtual entre os Professores PDE e os demais professores da Rede Pública Estadual. **Objetivos:** possibilitar novas alternativas de formação continuada para os professores da Rede Pública Estadual; viabilizar mais um espaço de estudo e discussão sobre as especificidades da realidade escolar; incentivar o aprofundamento teórico-metodológico nas áreas de conhecimento, através da troca de ideias e experiências sobre as áreas curriculares; socializar o Projeto de Intervenção Pedagógica na Escola elaborado pelo Professor PDE com os demais professores da Rede. <<http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=503>> Acesso em: 04/2015



(*plataforma MOODLE*). O GTR, como dito acima, é um momento de socialização das discussões realizadas pelo professor PDE com outros professores da rede pública de ensino. Como o número de participantes por professor/GTR é de 15 (e esta participação conta para efeitos de progressão funcional) e o número médio de professores aprovados por edição do PDE 2000, com uma médias de 1800 professores que efetivamente participam do programa⁶, então temos que estas discussões atingem, pelo menos, 25.000 professores por edição. O desenvolvimento das atividades do GTR é realizado no *Ambiente Virtual de Aprendizagem* que possui dois momentos. Numa primeira etapa o professor recebe uma curso de formação tecnológica instrumental para operar com o sistema MOODLE e, na segunda etapa, realiza atividades de tutoria referentes ao material que ele desenvolveu nas atividades didáticas pedagógicas e postou no Ambiente Virtual de Aprendizagem, socializado aos quinze professores inscritos no seu GTR. O SACIR é um sistema que centraliza as informações das atividades desenvolvidas pelo professor tanto no sentido de registrar sua participação nos eventos do programa como também é o local onde posta sua produção didático-pedagógica que será avaliada pelo professor orientador.

Considerando as características deste programa de formação de professores e seu grande alcance quantitativo de profissionais da educação, é importante estabelecer elementos de análise qualitativa desta política educacional. Uma dessas possibilidades encontra-se na teoria da atividade de Leontiev que, após rápida apresentação, servirá de base para as reflexões que se seguem.

A Teoria da Atividade: aportes para o entendimento do par dialógico Atividade-Consciência.

Ao abordar o desenvolvimento do psiquismo, Leontiev dividiu seus estudos em duas grandes temáticas – psiquismo animal e psiquismo humano ou consciência. O psiquismo animal, neste caso, encontra-se dividido em três

⁶ Professores que tenham mestrado ou doutorado reconhecidos pelo MEC podem usar estes certificados como substitutivos de sua participação no programa.



estágios, são eles: estágio do psiquismo sensorial elementar, estágio do psiquismo perceptivo, estágio do intelecto. Já o psiquismo humano, por sua vez, encontra-se dividido em dois momentos distintos, a saber: consciência primitiva e consciência humana na sociedade de classe. Como nosso objetivo aqui se orienta para a compreensão do desenvolvimento humano, nos reportaremos aos estudos relativos ao psiquismo animal somente quando, a título de esclarecimentos, for necessário.

Um traço comum tanto do psiquismo animal quanto humano é o fato de se desenvolverem a partir das relações estabelecidas entre os organismos vivos e seu entorno. Das reações sensoriais primárias até a capacidade primata de operar com atividades bifásicas, são milhares de anos de evolução nos quais a natureza preponderou na seleção dos mais aptos à vida, propiciando transformações físicas e fisiológicas em seus organismos. Além disto, na medida em que se aprofunda e aprimora a dialética entre aparato orgânico e natureza, avançam os animais em habilidades e capacidades cada vez mais refinadas de agir e refletir sobre seu entorno, propiciando entre os primatas, uma forma de vida comum, com um sistema constituído de inter-relações, de hierarquias e um sistema de comunicação cada vez mais complexo. Deste modo, o homem, quando produziu o primeiro instrumento, já possuía uma estrutura social, psíquica, física e fisiológica, suficientemente desenvolvida por seus antepassados, que lhe permitiu romper com a cadeia de adaptação à natureza, para assumir um caráter de apropriação sobre ela. Mais que isto, lhe permitiu reorientar o sentido de sua atividade do eixo biológico para o eixo social.

Marx ao explicitar o sentido que adquire a atividade no contexto humano, teceu as seguintes considerações:

[na] produção os homens não agem apenas sobre a natureza. Eles só produzem colaborando de uma determinada maneira e trocando entre si as suas atividades. Para produzir, entram em ligações e relações determinadas uns com os outros e não é senão nos limites destas relações e destas ligações sociais que se estabelece a sua ação sobre a natureza, a produção. (MARX *apud* LEONTIEV, s/d, p.81).

Deste modo, a complexa atividade dos animais superiores, submetida a relações naturais entre coisas, transforma-se, no homem, numa atividade submetida a relações sociais desde a sua origem. Esta é a causa imediata que, segundo Leontiev, dá origem à consciência humana.

Na medida em que para o citado psicólogo russo, a análise da atividade - unidade central da vida do sujeito concreto -, constitui o núcleo fundante e o método principal para o conhecimento científico da consciência, cabe-nos fazer algumas considerações a respeito dos elementos que a constituem, a saber: necessidade, motivo, objeto, objetivo, ação e operação. Partiremos da seguinte citação:

[...] o objeto da atividade é seu verdadeiro motivo. Obviamente, este pode ser tanto externo como ideal, tanto dado perceptualmente, como existente somente na imaginação, na idéia (sic.). O importante é que para além do objeto da atividade, sempre está a necessidade, que ele [objeto da atividade] sempre responde a uma ou outra necessidade (LEONTIEV, 1983, p.83.)

Ao evidenciar os elementos componentes da mercadoria, Marx refere que o valor-de-uso é uma de suas propriedades, relacionada, diretamente, ao caráter qualitativo da mercadoria, ou seja, à utilidade que esta possa ter para aquele que a venha possuir. Isto implica no fato de que uma mercadoria, objetivação do trabalho humano, para que se configure como tal, deve suprir uma determinada necessidade, como diz o autor, seja ela do estômago ou do espírito.

Na medida em toda atividade responde a uma necessidade, esta se constitui como fator orientador e regulador da atividade concreta dos indivíduos. Se, inicialmente, a necessidade engendra a atividade, na medida em que a atividade se torna mais complexa, produz também o seu inverso – a necessidade gera atividade, que gera novas necessidades. Tal premissa vai ao encontro do pensamento marxiano, no qual uma das diferenças entre a atividade animal e a do homem é justamente o fato de que na atividade animal, uma vez satisfeita a necessidade, ela termina. Já a atividade dos seres humanos, pela sua crescente complexificação, ao satisfazer uma necessidade, gera novas necessidades, fator que outorga caráter cumulativo e histórico às



suas produções⁷.

O fato de haver o reconhecimento de uma necessidade, por si, não é fator de geração da atividade, é imperioso que haja, também, o reconhecimento de um objeto relativo à satisfação da necessidade, para que a atividade ocorra. Quando o sujeito reconhece o objeto, a necessidade adquire sua objetividade. Neste sentido, o objeto converte-se no motivo da atividade⁸.

Alcançar o objeto, motivo da atividade, torna-se o objetivo de tal atividade. Um objetivo, frente a determinadas condições materiais, corresponde a uma tarefa, a qual, o sujeito para concluí-la deverá organizar processos subordinados ao objetivo da atividade. Estes processos são denominados ações. Na medida da complexificação das atividades, como no caso da atividade social, a decomposição da tarefa pode conter ações que necessariamente não coincidam, de imediato, com o motivo da atividade. Um exemplo clássico que pode nos auxiliar no entendimento desta questão é aquele dos batedores, os quais, dentro do grupo de caça, têm como função afugentar a presa, conduzindo o animal para um local onde será emboscado e, posteriormente, abatido por outros integrantes de seu grupo. Entendendo o abate e a apropriação da presa como motivo da caça, a ação dos batedores – espantar a caça –, se analisada separadamente da ação do restante do grupo tarefa, parecerá totalmente sem sentido. Ela só constitui sentido na medida em que é apreendida em sua inserção na atividade social, neste caso, no encadeamento que estabelece com a emboscada, na qual o restante do grupo finalizará a caçada, efetivando os objetivos da atividade. Deste modo, ao

⁷ O ciclo de atividades dos animais ou primatas antropomorfos, restritos ao sentido biológico, nos lembra a forma simples da circulação de mercadorias, pelo seu caráter circular e de auto-consumação. A atividade é completada, não restando dela nada além da satisfação da necessidade imediata. Já o processo implementado pelo homem, uma vez orientado pelo sentido social, a cada necessidade satisfeita, novas necessidades são geradas, ampliando desta forma os graus de consciência do homem a respeito das relações nas quais se insere. Este aspecto da atividade nos lembra a fórmula de acumulação do capital que é, necessariamente, progressiva e aberta, ao invés de, como na circulação simples, se auto-consumir.

⁸ Vale ressaltar que o primeiro objeto reconhecido pela criança, no curso de seu desenvolvimento, é o outro cuidante, capaz de satisfazer suas necessidades básicas de alimentação, higiene, organização emocional, mediação e apropriação do mundo circundante. A atividade humana é, portanto, regida por um sentido social desde sua origem.

falamos de ação podemos dizer que o motivo que a subordina, não é dado nela mesma, mas na atividade da qual ela é parte integrante. Desta forma, podemos dizer que a ação é originada pelo objetivo da atividade.

Cada ação possui um método e uma forma de se empreender, fato que lhes outorga um duplo aspecto: aspecto intencional (relativo ao que deve ser realizado) e um aspecto operacional (relativo ao como pode ser realizado). Os elementos que constituem a parte operacional da ação são denominados *operações*. Pelo seu caráter operacional, podemos dizer que a *operação* é a tecnicização da ação e seu destino, na maioria das vezes, é converter-se em uma função mecânica (LEONTIEV, 1983, p.88). Já a ação é sempre consciente uma vez que se origina do objetivo da atividade e, portanto, guarda estreita relação com o conteúdo da mesma. As operações, por sua característica executiva, dependem somente das condições materiais disponíveis, podendo, inclusive, uma mesma operação subsidiar várias ações.⁹

Do até aqui exposto, sintetiza Leontiev (op.cit., p.89):

[...] do fluxo geral da atividade que forma a vida humana em suas manifestações superiores, mediadas pelo reflexo psíquico, se evidenciam, em primeira instância, distintas – especiais – atividades, segundo o motivo que as impele; depois, se distinguem as ações - processos - subordinados a objetivos conscientes; e, finalmente, as operações, as quais dependem diretamente das condições [da ação], para o alcance do objetivo concreto dado. (tradução nossa)

Pela complexidade inerente à atividade humana, imposta pela sua profunda dinamicidade e pela interrelação que estabelece com as condições concretas, dadas historicamente, Leontiev explicita a importância da perspectiva materialista dialética para sua análise e adverte que a discriminação de suas partes componentes não é suficiente para tal; é preciso apreender sua dinâmica no psiquismo humano, na formação da consciência.

⁹ Por esta exposição podemos ter uma ideia de como se processa o esvaziamento da tarefa e do próprio trabalhador manual. Na medida em que atividade de produção foi dividida em operações muito simples e que a atividade é mediadora da consciência humana, preso a operações simples e repetitivas, alheias ao conteúdo da tarefa, sua consciência segue o mesmo caminho.

Desta maneira, uma vez rejeitadas as concepções metafísicas que isolam a consciência da vida real, para apreendermos o processo de formação e as características psicológicas da consciência, é necessário considerar:

- Como se formam as relações vitais do homem em determinadas condições históricas e que estrutura particular engendra tais relações;
- Como a estrutura da consciência se transforma com a estrutura da atividade humana.

Sendo assim,

[o] princípio da unidade entre consciência e atividade demanda reconhecer o entrelaçamento entre ambas, que unas se objetivam sob a forma de atividade. Neste sentido, a consciência não pode ser “o que está dentro”, mas, sim, apreendida como ato psíquico experienciado pelo indivíduo e, ao mesmo tempo, expressão de suas relações com os outros homens e com o mundo (MARTINS, 2004, p.88).

Uma vez que a consciência é psicologicamente caracterizada pela presença de uma relação interna específica, a relação entre sentido subjetivo e significação, pelo estudo desta relação podemos apreender aquela existente entre consciência e atividade¹⁰.

Partindo dos estudos de Leontiev (s/d), dentre outros (MARTINS, 2004; ROSSLER, 2004; DUARTE, 2004), podemos apreender os aspectos fundamentais da significação, da seguinte forma:

- A esfera de representações de uma dada sociedade, a sua ciência, a sua língua existem como sistemas de significações;
- A significação pertence, antes de tudo, ao mundo dos fenômenos objetivamente históricos;
- O homem, ao nascer, encontra um sistema de significações pronto, elaborado historicamente, e apropria-se dele tal como se apropria de um instrumento;

¹⁰ O termo *sentido subjetivo* pode ser encontrado neste trabalho como sinônimo de *sentido pessoal*. O mesmo ocorre com o termo *significação*, o qual pode ser encontrado como sinônimo de *sentido objetivo*, termo sugerido por Karel Kosik (1963) em sua obra – *Dialética do concreto* - (São Paulo: Paz e Terra, 1985.)

- A significação é, portanto, constitutiva do homem enquanto ser sócio-histórico é a forma sob a qual ele assimila a experiência humana refletida e generalizada;
- Enquanto consciência individual, a significação não se desvincula de seu conteúdo objetivo;
- Deste modo, a significação é mediadora do reflexo de mundo na consciência humana.

Para Leontiev (s/d, p.100), portanto, significação é o resultado das apropriações efetivadas pelos homens, de todo sistema de objetivações elaborado historicamente. Na medida em que o sujeito se apropria das significações, ou seja, dos sentidos objetivos da realidade, também lhe confere um sentido próprio, um sentido pessoal. O sentido pessoal, por sua vez, ao mesmo tempo em que se diferencia do social está interpenetrado por ele; o sujeito é ao mesmo tempo aquele que age, mas, também, aquele que é, por assim dizer, agido pelos determinantes sócio-históricos. Recuperando o pensamento marxiano o qual explicita que não é a consciência do ser humano que determina o seu ser, mas o inverso, é o ser social que determina a sua consciência, o fato psicológico que se refere ao sujeito é o de que se aproprie ou não, que assimile ou não uma dada significação e, em que grau isto acontece e qual a influência disto sobre sua personalidade.

Desta forma, na medida em que o sentido pessoal traduz, precisamente, a relação do sujeito com os fenômenos objetivos conscientizados, quanto mais o sentido subjetivo coincida com o sentido objetivo - as significações - maior será o grau de consciência do sujeito enquanto ser sócio-histórico. Ao contrário, quanto mais estas dimensões se distanciam uma da outra, tendência das sociedades pautadas no trabalho alienado, maior o estranhamento do sujeito singular com o humano genérico, acentuando as possibilidades de alienação.

A articulação que Leontiev faz entre os elementos que compõe a teoria da atividade como necessidade, motivo, objeto, objetivo, ação e operação, por exemplo, são fundamentais para se pensar as políticas de formação de professores como o PDE-PR. Para além do simples formalismo quanto ao



“cumprimento” de um conjunto de atividades propostas pelo programa, todo processo formativo tem uma dimensão histórico-social concreta que requer a mediação entre o sujeito e o mundo. Sem a compreensão das significações dos objetos a atividade humana é destituída de sentido, alienada. Uma das nossas preocupações de pesquisa sobre o PDE-PR reside justamente em pensar como os eixos do programa, divididos em suas diversas atividades cumprem, seu efetivo papel formativo. Em outras palavras, pensamos que a abordagem de Leontiev possa nos oferecer possibilidades de pensar possíveis distanciamentos entre a política pública formulada e expressa nos documentos do PDE-PR e sua execução.

Considerações provisórias

O objeto de nossa análise, a política educacional do PDE/PR constitui-se numa proposta arrojada em termos de investimentos simbólicos e materiais ao longo da última década além de ser uma experiência inédita no Brasil.

Há que se destacar que sua manutenção depende de uma infraestrutura composta de recursos humanos e materiais que permitem a interação entre a secretaria de educação e os diversos núcleos regionais com as diversas universidades participantes do projeto bem como com os professores e escolas envolvidas. Enquanto uma política de Estado e não de governo, viabiliza, dentre outros ganhos, a possibilidade de afastamento das atividades de ensino em sala de aula para estudos com remuneração¹¹ para estes professores. Além disso, propicia a utilização de tecnologias para a produção de conhecimento em rede como por exemplo os GTRs. Do ponto de vista da produção do conhecimento oportuniza tempos de leitura e reflexão, participação em eventos, a possibilidade de ter um orientador experiente e titulado além de poder compartilhar o conhecimento produzido com outros professores em rede. Assim, do ponto de vista institucional-formal, o PDE/PR

¹¹ A bolsa paga ao professor durante sua participação no programa não contempla adicionais e gratificações o que significa, na prática, redução de salário, bem como contemplar apenas as horas de concurso. Em outras palavras, se um professor tem um concurso de 20 h e tem outras 20 h como aulas extraordinárias, em participando do PDE será remunerado apenas por 20h, motivos pelos quais muitos professores não aderem ao programa.



apresenta-se como um espaço de efetiva formação de professores com qualidade mas os quesitos objetivos deste programa não garantem, de forma automática, que seus pressupostos sejam alcançados.

Considerando a política de pública do PDE/PR, em seus aspectos formais, ela merece uma defesa intransigente quanto a sua continuidade e ampliação. A defesa de uma política dessa natureza não significa uma postura acrítica em relação ao programa mas na consciência de que, sem esforços para sua manutenção, existe o risco real de tal programa deixar de existir, mesmo que exista por força de lei. É caso de 2010 e 2014, quando o mesmo foi descontinuado pelo governo, retomado posteriormente. Em 2015, só não foi extinto graças à greve dos professores da rede pública de ensino que, no ato da votação, invadiram a Assembléia Legislativa do Paraná e impediram a aprovação desta medida que trazia também outros prejuízos à carreira funcional do magistério público paranaense.

Do ponto de vista da implementação, a teoria da atividade de Leontiev pode ajudar a compreender o distanciamento entre a política educacional como se apresenta e sua implementação e resultados bem como a análise das razões nas quais radicam esta lacuna.

Considerando como pressuposto a consciência humana na sociedade de classes e o trabalho como princípio ontológico entendemos que seja possível avançar numa discussão teórico-metodológica do PDE/PR a partir dos desdobramentos dos elementos da teoria da atividade: necessidade, motivo, objeto, objetivo, ação e operação, o que pretendemos realizar em trabalhos vindouros. Tal análise assenta-se no perspectiva do materialismo histórico e precisa ser compreendida no dinamismo da consciência humana. Discutir políticas educacionais de formação de professores requer pensar tanto as condições históricas na qual esta formação se dá bem como a participação nesta atividade transforma a consciência do professor. Então, talvez seja possível apontar com algum grau de clareza onde radicam os limites desta política educacional considerando os sentidos pessoal e social deste programa.



Referências

ASBAHR, F. S. F. A pesquisa sobre a atividade pedagógica: contribuições da teoria da atividade. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 29, p. 108-118, maio/jul. 2005.

DUARTE, N. Formação do indivíduo, consciência e alienação: o ser humano na psicologia de A. N. Leontiev. **Cad. Cedes**, Campinas, v.24, n. 62, p. 43-63, abril 2004.

LEONTIEV, A.N. **Actividade, consciencia y personalid.** 2. ed. La Habana, Cuba: Editora Pueblo y Educación, 1983.

LEONTIEV, A. N. **Actividade, consciência e personalidade.** Primeira Edição: 1978. Fonte: "Activity, Consciousness, and Personality", versão on-line do Leontiev Internet Archive (marxists.org) 2000. Tradução para o português: Maria Silvia Cintra Martins, Grupo de Estudos Marxistas em Educação. HTML por José Braz para o Marxists Internet Archive.

LEONTIEV, A. N. **O desenvolvimento do psiquismo.** 1. ed. São Paulo: Moraes, s/d.

MARTINS, L. M. A natureza histórico-social da personalidade. **Cad. Cedes**, Campinas, v. 24, n. 62, p.82-99, abr. 2004.

PARANÁ. **Decreto nº 4482 de 14 de março de 2005.** Disponível em: <www.seed.pr.gov.br/portals/portal/institucional> Acesso em: 10 mar. 2015.

PARANÁ. Proposta para o programa de formação continuada na modalidade a distância. Versão Preliminar, Mimeo, 2009. In: ALVES, W. J. M. e RADO, S. C. As políticas públicas de formação continuada de professores por meio da educação a distancia no Estado do Paraná. **Revista Espaço da Sophia**, n. 30, set. 2009, mensal, ano II. Disponível em: <http://www.espacodasophia.com.br/publicacoes/doc_view/26-as-politicas-publicas-de-formacao-continuada-de-professores-por-meio-da-educacao-a-distancia-no-esta?tmpl=component&format=raw>. Acesso em: 10 mar. 2015.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação do Paraná. **Nossa política de ensino.** Disponível em: <www.seed.pr.gov.br/portals/portal/institucional/nossa-politica.php> Acesso em: 10 mar. 2015.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. **Documento Síntese do Programa de Desenvolvimento Educacional – PDE.** Curitiba, 2012.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. **Documento Síntese. Programa de Desenvolvimento Educacional PDE, 2007.** Disponível em: http://www.pde.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/PDE%202010/documento%20sintese/documento_sintese.pdf. Acesso em: 20 out. 2010.



PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Edital nº 66/2011 DG/SEED. Disponível em: http://www.grhs.pr.gov.br/arquivos/File/concurso_de_remocao/2009/Res4442-2009gs.pdf>. Acesso em: 17 dez. 2014.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. **Relatório de Ações PDE – 2006 a 2010**. Curitiba. Novembro, 2010.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. **Resolução nº 1670/2009**. Normatiza a execução do Programa de Desenvolvimento Educacional – PDE na Rede Pública Estadual de Ensino. Disponível em: http://www.grhs.pr.gov.br/arquivos/File/concurso_de_remocao/2009/Res4442-2009gs.pdf>. Acesso em: 17 ago. 2014.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. **Resolução nº 3685/2008**. Regulamenta o processo de avaliação de títulos para promoção dos integrantes do Quadro Próprio do Magistério. Disponível em: http://www.grhs.pr.gov.br/arquivos/File/concurso_de_remocao/2009/Res4442-2009gs.pdf>. Acesso em: 17 ago. 2014.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. **Resolução nº 4128/2011 DG/SEED**. Normatiza a execução do Programa de Desenvolvimento Educacional – PDE na Rede Pública Estadual de Ensino. Disponível em: http://www.grhs.pr.gov.br/arquivos/File/concurso_de_remocao/2009/Res4442-2009gs.pdf>. Acesso em: 17 ago. 2014.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. **Resolução nº 4341/2007**. Disponível em: http://www.esedh.pr.gov.br/arquivos/File/SECRETARIA_DE_ESTADO_DA_EDUCACAO_RESOLUCAO_1670_2009.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2015.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. **Resolução nº 4442/2009**. Disponível em: http://www.grhs.pr.gov.br/arquivos/File/concurso_de_remocao/2009/Res4442-2009gs.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2015.

ROSSLER, J. H. O desenvolvimento do psiquismo na vida cotidiana: aproximações entre a psicologia de Alexis N. Leontiev e a teoria da vida cotidiana de Agnes Heller. **Cad. CEDES [online]**, v.24, n.62, p. 100-116. 2004.

SANTOS, L. C. P. L. Dilemas e Perspectivas na Relação entre Ensino e Pesquisa. In: ANDRÉ, M. (org.) **O Papel da Pesquisa na Formação e na Prática dos Professores**. Campinas, SP: Papirus, 2001.